

Mídia e imperialismo digital: o materialismo histórico na análise das assimetrias internacionais em tecnologia e comunicações

Jonas C. L. Valente

Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Centro Universitário IESB. Foi pesquisador de pós-doutorado no Oxford Internet Institute, responsável por co-liderar o Projeto Cloudwork na Fairwork Foundation. Concluiu o doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) (2019). Defendeu sua tese sobre plataformas digitais, recebendo menção honrosa no Prêmio de Tese da UnB. É autor do livro "Das plataformas online aos monopólios digitais" (Dialética, 2021). É co-editor-chefe da Revista Eptic.

Fabrizio Zanghelini

Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor colaborador e pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe (PROPEC/UFS), no âmbito do projeto "A Governança Econômica das Redes Digitais", com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo no 2026/04912-4. Membro dos grupos de pesquisa NIEP-Marx, Obscom/Cepos e EPICC/CLACSO.

Farooq Sulehria

Pesquisador afiliado à Universidade de Södertörn, em Estocolmo. Ele também leciona na Beaconhouse National University, em Lahore. É autor do livro "Media Imperialism in India and Pakistan" (Routledge). Ele editou e coeditou: "75 Years After Partition: India, Pakistan and Bangladesh" (Routledge), "Media Subimperialisms and the Rise of Global South" (Palgrave Macmillan); "Pakistan's Foreign Policy and Strategic Relations in the Twenty-First Century" (Palgrave Macmillan).



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

Introdução

Embora o imperialismo apresente especificidades importantes na fase da digitalização, ele não constitui um fenômeno essencialmente novo. As determinações gerais do modo de produção capitalista não desaparecem, mas se manifestam sob novas formas, por meio das quais as contradições do próprio sistema se aprofundam. Tais especificidades, contudo, não justificam compreender o fenômeno como uma simples transposição das formas históricas do colonialismo para a esfera digital, como sugerem, embora de maneiras distintas, algumas formulações associadas às noções de colonialismo digital e colonialismo de dados.

No que se refere ao papel dos dados nessa configuração, é necessário distinguir entre valor de uso e valor, evitando tanto concepções subjetivistas de valor quanto interpretações que atribuem valor aos dados com base nas atividades realizadas pelos usuários da internet. Do ponto de vista da crítica à economia política, dados brutos devem ser distinguidos da informação socialmente produzida pelo trabalho, o que não significa que toda produção de informação equivale à produção de valor, já que o trabalho envolvido pode ser produtivo ou improdutivo para o capital (Bolaño e Zanghelini, 2025).

Uma das características mais marcantes da configuração atual do imperialismo é a crescente concentração de infraestruturas, tecnologias, dados e capacidades computacionais sob o controle de corporações transnacionais articuladas a seus Estados de origem, sobretudo as sediadas nos Estados Unidos. Essa concentração reorganiza a divisão internacional do trabalho, aprofunda os mecanismos de transferência de valor e amplia os riscos à soberania dos países periféricos.

Nesse processo, as plataformas digitais reproduzem e, ao mesmo tempo, reconfiguram o imperialismo midiático, historicamente manifestado em setores como cinema, música, televisão e publicidade. Elas preservam o controle sobre as mediações comunicacionais e culturais, mas o estendem a outras esferas da vida econômica e social.

Para compreender essa reconfiguração, partimos, neste artigo introdutório da Edição Especial “Imperialismo, Informação, Comunicação e Cultura na Fase da Digitalização”, ainda que de maneira sintética, da gênese econômico-formal do imperialismo, vinculada à grande indústria, ao mercado mundial capitalista e à lei do valor, e examinamos suas determinações históricas mais concretas, consolidadas no final do século XIX. Em seguida, oferecemos uma visão geral de algumas das principais abordagens teóricas mobilizadas para analisar as formas assumidas pelo imperialismo no capitalismo contemporâneo, sem a pretensão de esgotar as controvérsias presentes nesse debate. Por fim, apresentamos as contribuições originais reunidas nesta edição e as situamos no debate mais amplo. Desejamos uma boa leitura!

A Gênese do Imperialismo: da Grande Indústria ao Capitalismo Monopolista

A tendência à mundialização está presente na sociabilidade capitalista desde suas origens, uma vez que sua dinâmica se vincula à produção e à circulação generalizadas de mercadorias. Contudo, é com a grande indústria que o mercado mundial adquire conteúdo propriamente capitalista. Foram decisivos nesse processo tanto os avanços nos transportes – com a navegação a vapor, as ferrovias e a abertura do Canal de Suez – quanto a expansão das redes de comunicação, especialmente o telégrafo elétrico. O desenvolvimento dessas forças produtivas reduziu o tempo de rotação do capital, algo que se tornava cada vez mais necessário à medida que se ampliavam os mercados externos (Leite e Carcanholo, 2021). Assim, com a superação das formas antediluvianas de circulação de mercadorias, o mercado mundial capitalista é “posto pela grande indústria, o que significa que sua gênese histórica é o período da Revolução Industrial” (ibidem, p. 73).

Esse processo deve ser articulado à passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital. Como observa Hirano, “o trabalhador, quando está apenas formalmente subsumido no capital, ainda incorpora em si a maioria das forças produtivas da sociedade, na forma da maior parte do ‘saber social’ produzido no âmbito dessa sociedade” (Hirano, 2001, p. 15). É com a grande indústria que a subsunção real, presente enquanto potência na manufatura, se efetiva plenamente. Ao transformar radicalmente a própria natureza do processo produtivo, o capital constitui uma base técnica adequada à sua lógica de valorização e reprodução ampliada. Nessas condições, “o conhecimento prático do artesão é codificado e, conseqüentemente, a ferramenta é transferida da mão humana para um mecanismo, de modo que o fator subjetivo se subordina ao objetivo” (Zanghelini e Bolaño, 2026, p. 3). Essa transformação produz um salto na produtividade do trabalho e cria as condições materiais para a generalização do modo de produção especificamente capitalista.

Como lembram Leite e Carcanholo (2021, p. 77), Marx, no Capítulo VI (inédito), explica que, com a subsunção real, “a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais de que não se apoderou até então, onde se dá apenas a subsunção formal” (Marx, 2022, p. 105). Essa tendência manifesta-se de maneira decisiva quando a subsunção real se estende ao próprio setor produtor de máquinas, que ainda operava de maneira manufatureira. Nesse processo, a produção de máquinas passa a ocorrer por meio das próprias máquinas, permitindo ao capital superar novas barreiras técnicas e produtivas. Esse desenvolvimento abre caminho para o que Bolaño (2002) caracteriza como Segunda Revolução Industrial.

Com a grande indústria e a consolidação do mercado mundial como forma social e histórica especificamente capitalista, “instaura-se progressivamente uma divisão do trabalho na sociedade (mundial) organizada pelo desnível estrutural de produtividade” (Leite e Carcanholo, 2021, p. 78). De um lado, no centro do sistema, encontram-se nações com produção mecanizada em grande escala, nas quais predomina a subsunção real do trabalho no capital. De outro, na periferia, predominam formas menos mecanizadas ou até mesmo artesanais de produção, associadas a uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, marcada pela tendência à produção e à exportação de bens primários. Esses distintos níveis de produtividade, vinculados a diferentes composições orgânicas do capital, constituem uma determinação essencial do processo de transferência internacional de valor entre capitais situados em nações formalmente independentes. Essa legalidade constitui, nesse nível de abstração, a própria gênese econômico-formal do imperialismo (ibidem).

Em um nível mais concreto de análise, porém, convém distinguir dois momentos do século XIX. O primeiro, que se estendeu aproximadamente até 1870, com destaque para o período entre 1850 e 1870, foi marcado pela expansão do capitalismo concorrencial, pela hegemonia britânica e pela ideologia do livre-comércio. O segundo, aberto pela crise de 1873, corresponde a uma importante reconfiguração da acumulação capitalista, caracterizada pelos anos de depressão econômica, pela ampliação da concentração e da centralização de capitais, pelo fortalecimento do sistema bancário, pelo avanço do protecionismo e pelos desdobramentos da Segunda Revolução Industrial.

É nesse segundo momento que as empresas mais fortes passam a absorver ou eliminar concorrentes menores, as sociedades por ações se expandem, o sistema de crédito se amplia e os Estados nacionais passam a apoiar mais diretamente suas grandes empresas, tanto na proteção do mercado interno quanto na ampliação de sua participação nos mercados externos. Com isso, acirra-se a concorrência entre capitais individuais e entre nações no mercado internacional. Nos termos de Lenin (1987, p. 17), a “transformação da concorrência em monopólio é um dos fenômenos mais importantes – senão o mais importante – da economia do capitalismo moderno”.

A formação do capital financeiro, resultante da articulação entre capital bancário e capital industrial, constitui outro elemento decisivo desse processo (Hilferding, 1973; Lenin, 1987).

Os bancos passaram a deter participações acionárias em empresas industriais e a influenciar decisões produtivas, inclusive por meio da presença de seus representantes em conselhos de administração. Essa articulação tornou-se crucial para a dinâmica da acumulação capitalista – tanto em contextos de expansão econômica quanto em momentos de crise –, reforçando a concentração e a centralização do capital e, conseqüentemente, a formação de estruturas oligopolísticas ou monopolísticas (Arrizabalo Montoro, 2023).

Com o predomínio dos monopólios e do capital financeiro, a mundialização do capital assume uma nova forma histórica (Lenin, 1987; Arrizabalo Montoro, 2023; Harvey, 2004). No chamado capitalismo concorrencial, a exportação de mercadorias ainda constituía a principal forma de vínculo econômico entre os países. Agora, sem que a exportação de mercadorias deixe de ser relevante, a exportação de capitais passa a desempenhar papel decisivo. Os capitais acumulados nas potências capitalistas buscam, assim, diversas formas de valorização nas regiões periféricas, e os lucros ali obtidos são “drenados e reinvestidos nas grandes empresas dos países centrais” (Furno, 2026, p. 24).

Esse processo de mundialização capitalista articula de maneira mais complexa as diferentes formas funcionais do capital: capital-mercadoria, capital-dinheiro e capital produtivo. É nesse sentido que as grandes empresas multinacionais podem ser consideradas “a expressão mais acabada do processo de centralização de capital, implantado internacionalmente em todas as suas dimensões (ao integrar, juntamente com a atividade produtiva, a comercial e a financeira)” (Arrizabalo Montoro, 2023, p. 184).

O imperialismo assume, portanto, sua forma clássica entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX. Essa configuração deve ser compreendida como uma fase histórica particular do modo de produção capitalista, resultante das leis tendenciais inerentes ao seu desenvolvimento. Na análise de Lenin (1987), ela se caracteriza pela concentração e centralização do capital e pela conseqüente formação de monopólios; pela constituição do capital financeiro; pela crescente importância da exportação de capitais; pela expansão internacional de cartéis, trustes e outras associações monopolistas; e pela conclusão da partilha territorial do mundo entre as principais potências capitalistas. Nessa fase, o processo de acumulação assume, em escala mundial, características mais hierárquicas, contraditórias e desiguais.

É importante destacar, ainda, que essa reconfiguração substancial do sistema capitalista não implica a perda de validade da lei do valor. Pelo contrário, o imperialismo deve ser compreendido no âmbito da lei do valor, agora sob determinações históricas mais complexas. Nessas condições, as assimetrias econômicas e políticas entre nações reforçam os mecanismos de transferência de valor entre capitais situados em diferentes países, aprofundando as desigualdades internacionais. Dessa forma, a lei do valor, a constituição da grande indústria e a formação do mercado mundial capitalista explicam a gênese econômico-formal do imperialismo, ao passo que as teorias clássicas do imperialismo explicitam suas determinações mais concretas, consolidadas na passagem do século XIX ao XX com a formação dos monopólios, o predomínio do capital financeiro, a exportação de capitais e o aprofundamento da divisão internacional do trabalho.

Imperialismo midiático

O imperialismo também tem sido teorizado e analisado em setores específicos. Sulehria dedica-se a caracterizar com algum detalhamento o imperialismo midiático e a contextualizar essa tese (para uma discussão mais aprofundada, ver, entre outros, Sulehria, 2018, p. 5-34). Esta seção, por sua vez, começa por mapear o imperialismo midiático como campo de estudos. Em seguida, argumentamos que as novas plataformas digitais apenas reforçam e reproduzem o imperialismo midiático. Por fim, a seção demonstra o domínio imperial dos EUA sobre a mídia

global, apesar de seu declínio relativo em outras esferas e da ascensão da China como potência imperial rival.

Imperialismo midiático como área de estudo

Boyd-Barrett (2015, p. 1-2) concebe o imperialismo midiático como “uma área de estudo [...] que trata do conjunto de relações e interconexões entre ‘imperialismo’ e ‘mídia’, uma área aberta à investigação empírica”. Em outro trabalho, Boyd-Barrett e Mirrlees (2020) identificam as seguintes fontes do imperialismo midiático: “as corporações que controlam os setores de notícias, telecomunicações, cinema e televisão, publicidade e relações públicas, música, jogos interativos, plataformas da internet e redes sociais” (ibidem, p. 2)¹. Com base em Boyd-Barrett (2015) e Boyd-Barrett e Mirrlees (2020), argumentamos que o imperialismo midiático se manifesta sob três formas: econômica, política e ideológico-cultural. Além disso, para fins de pesquisa, pode ser subdividido em áreas específicas, como imprensa, agências de notícias, televisão, publicidade, divisão do trabalho cultural, formulação de políticas, tecnologia, teoria e produção acadêmica sobre a mídia (a lista não é exaustiva).

Em conjunto, essas formas e categorias permitem apreender tanto o domínio dos países centrais sobre a periferia quanto a dependência desta em relação a eles. Essas dinâmicas expressam relações desiguais de poder entre a mídia imperial e a mídia dependente e constituem características definidoras do imperialismo midiático.

Fundada por Schiller na década de 1960, a escola do imperialismo midiático investigou inicialmente os sistemas midiáticos dos países centrais sob a perspectiva do imperialismo cultural (ver, entre outros, Schiller, 1969). Desde então, o debate tem se ampliado mediante a análise do imperialismo midiático sob as perspectivas da dominação (Boyd-Barrett, 1977; Boyd-Barrett, 2015; Tunstall, 1977), do conteúdo e do discurso (Mattelart, 1979), da divisão do trabalho cultural (Miller, 1989; 1990), da hegemonia cultural e ideológica (Artz e Kamalipour, 2004), da indústria do entretenimento (Mirrlees, 2013), das plataformas digitais (Jin, 2015) e da economia política (Sulehria, 2018). Essa lista não é exaustiva (ver, entre outros, Boyd-Barrett, 2020, p. 11-21). Ao mapear esse campo de estudos, também é preciso levar em consideração tanto a produção acadêmica liberal e pós-moderna sobre a mídia, que rejeita a tese do imperialismo midiático, quanto os discursos sobre a mídia global (Sulehria, 2018, p. 11-27).

Antes de avançarmos, é preciso assinalar uma importante lacuna nos estudos sobre o imperialismo midiático. De modo geral, os pesquisadores têm ignorado as questões climáticas e ambientais. Embora a tese do imperialismo midiático tenha sido desenvolvida, em grande medida, por estudiosos de orientação marxista, o próprio marxismo tem sido criticado, tanto interna quanto externamente, por dedicar pouca atenção ao imperialismo climático². Segundo

¹ Boyd-Barrett e Mirrlees (2020, p. 2) argumentam que os “focos de análise no estudo do imperialismo midiático podem incluir o financiamento e a propriedade dos meios de comunicação e o controle da propriedade intelectual; os modelos de negócio das corporações midiáticas (incluindo publicidade, assinaturas, patrocínios [...] e agregação de dados); a organização e a gestão de determinados produtos midiáticos de circulação internacional, incluindo sua produção, distribuição e exibição transfronteiriças; a integração de novas tecnologias de hardware e software a modelos e formas midiáticas anteriores; as características de produtos midiáticos específicos (sua forma) [...]; as narrativas culturais [...]; e as complexidades da recepção, interpretação e utilização transfronteiriças da mídia”, além de ressaltarem a necessidade de articular a economia política das corporações midiáticas à geopolítica dos Estados.

² Amin (2010) lamenta que as análises marxistas do imperialismo tenham negligenciado o esgotamento dos recursos não renováveis. No entanto, um conjunto heterogêneo de trabalhos marxistas e de correntes críticas próximas tem contribuído para preencher essa lacuna. Entre as principais referências encontram-se John Bellamy Foster, Ian Angus, James O'Connor, Jason W. Moore, Ariel Salleh, Andreas

Carvalhaes, “o capitalismo [...] cria ‘zonas de sacrifício’ em países semicoloniais periféricos: territórios nos quais corporações e governos imperialistas impõem empreendimentos de mineração e de exploração de petróleo e gás, plantações de eucalipto destinadas à indústria de celulose – bem como fábricas de celulose – e despejam seus resíduos” (Carvalhaes e Fuentes, 2026). Essas zonas de sacrifício constituem uma expressão da “troca ecológica desigual”³, que se manifesta por meio do “racismo ambiental”⁴.

Há, naturalmente, exceções importantes. O livro *Greening the Media*, de Maxwell e Miller, por exemplo, analisa as indústrias da mídia sob a perspectiva das zonas de sacrifício. Entretanto, a investigação dos territórios do Sul Global como zonas de sacrifício para as indústrias de mídia e comunicação permanece uma vertente profundamente negligenciada. Nesse sentido, a dimensão ecológico-ambiental, apreendida a partir do racismo ambiental e da troca ecológica desigual, pode ser concebida como uma quarta forma de manifestação do imperialismo midiático.

A mídia tradicional continua organizada como um oligopólio imperial

Na década de 1990, com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), a produção acadêmica liberal sobre a mídia global popularizou o argumento de que o surgimento de novos gigantes midiáticos no Sul Global e a multiplicação dos canais de televisão após os processos de liberalização teriam posto fim à dominação ocidental. Mais recentemente, os meios de comunicação dos BRICS têm sido apresentados como evidência da desocidentalização, do declínio dos Estados Unidos e de processos semelhantes. As evidências disponíveis, contudo, não sustentam afirmações tão abrangentes.

No que diz respeito à mídia tradicional e ao entretenimento, o domínio estadunidense no âmbito do imperialismo midiático e cultural permanece incontestado. Considere-se, por exemplo, que o mercado mundial de exibição cinematográfica e entretenimento doméstico, incluindo a televisão por assinatura, é estimado em US\$ 326 bilhões. A parcela dos Estados Unidos corresponde a US\$ 133 bilhões, isto é, 40% do mercado mundial (Motion Picture Association, 2021, p. 3-5). A edição de 2026 do ranking *Forbes Global 2000*, que classifica as maiores empresas de capital aberto do mundo com base em quatro indicadores – vendas, lucros, ativos e valor de mercado –, inclui, entre os maiores grupos de mídia e comunicação, os conglomerados apresentados na Tabela 1, que tradicionalmente controlam empresas dos setores de televisão e entretenimento.

Malm, Maristella Svampa e Kohei Saito. No Brasil, merecem especial destaque os trabalhos de Eduardo Sá Barreto.

³ Um mecanismo capitalista-imperialista que “explica por que a destruição dos biomas e da biodiversidade, bem como a poluição da água e do ar, é muito maior nos países explorados pelas potências centrais. Esses países são vistos como exportadores de produtos agrícolas e pecuários, minerais e petróleo, ou como locais para os quais são transferidas as indústrias poluentes que os imperialistas não querem em seus próprios países” (Carvalhaes e Fuentes, 2026).

⁴ Um conceito segundo o qual “os principais alvos da poluição, dos derramamentos tóxicos, do ruído e da destruição são os territórios onde tendem a viver povos indígenas, povos afrodescendentes e grupos étnicos oprimidos” (Carvalhaes e Fuentes, 2026).

Tabela 1: Gigantes da mídia no Forbes Global 2000 (edição de 2026).

Empresa	Posição no Global 2000	Localização	Valor de mercado (US\$ bilhões)
Walt Disney	56	EUA	178
Comcast	64	EUA	88
Warner Bros.	591	EUA	67
Fox	771	EUA	27
Paramount	1.125	EUA	11

Fonte: Murphy e Hyatt (2026).

No setor cinematográfico, o tradicional domínio de Hollywood sobre o mercado mundial permanece sólido. Em 2022, ainda sob os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a indústria cinematográfica mundial, o setor apresentava baixo dinamismo. Mesmo assim, o mercado cinematográfico estadunidense foi estimado em US\$ 7,5 bilhões. Os cinco grandes estúdios de Hollywood – Disney, Universal, Paramount, Warner Bros e Sony – arrecadaram US\$ 16 bilhões (McClintock, 2023). Segundo a Motion Picture Association (2022; 2023), os Estados Unidos obtêm US\$ 14 bilhões com a exportação de filmes e registram superávit comercial de US\$ 7 bilhões. Se a indústria cinematográfica estadunidense fosse um país, seu PIB ocuparia a 46ª posição mundial. Ao analisar o controle oligopolista de Hollywood sobre o mercado mundial, Mirrlees (2020, p. 311-312) observa que, entre 2000 e 2017, mais de 90% dos dez filmes de maior bilheteria mundial foram produzidos pelos seis grandes estúdios de Hollywood. Segundo o autor, em 2018, Hollywood esteve por trás de dezenove dos vinte filmes de maior bilheteria mundial; a produção chinesa *Operation Red Sea* foi a única exceção. Como destaca Mirrlees, “apesar de o Estado chinês limitar a presença de Hollywood na China a no máximo 34 filmes por ano, quatro dos dez filmes de maior bilheteria no país eram produções de Hollywood [...] o blockbuster *Vingadores: Guerra Infinita* [...], pertencente à Walt Disney, ficou entre os dez filmes de maior bilheteria nos países do BRICS” (Mirrlees, 2020, p. 311-312).

As plataformas de streaming representam uma convergência entre a mídia tradicional e as plataformas digitais. Em 2024, o mercado mundial de streaming de vídeo foi estimado em US\$ 674,25 bilhões. A Netflix é a líder mundial desse setor. Em janeiro de 2025, a empresa anunciou ter superado a marca de 300 milhões de assinantes em todo o mundo (Glover, 2026). Entre abril de 2022 e janeiro de 2024, a Netflix registrou, em média, 1,4 bilhão de visitas mensais. Em segundo lugar ficou o Prime Video, da Amazon, com uma média de 290 milhões de visitas mensais. As outras oito plataformas entre as dez primeiras eram Disney+ e Hulu, da Disney; HBO Max, da Warner Bros.; Hotstar, da Disney; Paramount+, da Paramount; Peacock, da Comcast; YouTube, do Google; e ivi, uma empresa russa (Statista, 2024).

Em 2025, o mercado mundial de música movimentou US\$ 31 bilhões. Os dez maiores mercados eram, nessa ordem, Estados Unidos, Japão, Reino Unido, China, Alemanha, França, Coreia do Sul, Brasil, Canadá e México. Os Estados Unidos responderam por 31% da receita mundial (IFPI, 2026). Da mesma forma, as empresas do setor musical sediadas nos Estados Unidos – Universal, Sony e Warner – lideram essa indústria. A quarta maior empresa é a BMG, subsidiária da alemã Bertelsmann (Lauren e Muenster, 2026).

A publicidade sustenta economicamente os meios de comunicação comerciais em todo o mundo. O domínio ocidental do setor publicitário permanece forte, com os Estados Unidos mantendo uma clara liderança. Entretanto, assim como ocorre em outros ramos do imperialismo midiático, observa-se também uma presença relevante dos BRICS. Entre as quinze maiores agências de publicidade, seis são estadunidenses. Além dos Estados Unidos, estão representados Reino Unido, Japão, França, Alemanha, China, Coreia do Sul e Índia. As seis empresas estadunidenses somam US\$ 67,6 bilhões em receitas, o equivalente a aproximadamente 48% da receita total das quinze maiores agências (Agency Mania Solutions,

2025).

Tabela 2: As quinze maiores agências de publicidade do mundo, segundo a receita de 2024.

Posição	Agência	País	Receita (US\$ bilhões)
1	Accenture Song	EUA	19
2	WPP	Reino Unido	18,8
3	Publicis Groupe	França	17,3
4	Omnicom	EUA	15,6
5	Deloitte Digital	EUA	12,6
6	Interpublic Group	EUA	10,6
7	Dentsu	Japão	9,3
8	BlueFocus	China	8,4
9	IBM	EUA	7
10	Hakuhodo	Japão	6,3
11	Cheil Worldwide	Coreia do Sul	3,1
12	Havas (Vivendi)	França	3,09
13	TCS Interactive	Índia	3,04
14	Stagwell	EUA	2,8
15	Serviceplan Group	Alemanha	2,6

Fonte: Agency Mania Solutions (2025).

O setor editorial de livros é frequentemente ignorado no debate sobre imperialismo midiático e cultural. Sob a perspectiva do imperialismo midiático, tanto a produção acadêmica sobre a mídia quanto a formação acadêmica e profissional na área constituem mecanismos importantes por meio dos quais as relações imperialistas são reproduzidas (ver, entre outros, Sulehria, 2018, cap. 4). Como mostra a tabela seguinte, os países centrais dominam o setor editorial de livros, tendo os Estados Unidos como seu principal centro mundial.

Tabela 3: Cinco economias desenvolvidas e em desenvolvimento com maior receita total da indústria editorial em 2022 (US\$ bilhões).

Posição	Economias desenvolvidas	Economias em desenvolvimento (US\$ bilhões)
1	Estados Unidos (26,151)	Índia (9,132)
2	Alemanha (9,945)	Brasil (1,113)
3	Japão (9,316)	Turquia (0,638)
4	Reino Unido (5,024)	Filipinas (0,381)
5	Itália (3,568)	Colômbia (0,212)

Fonte: UNCTAD (2024, p. 12).

Imperialismo no século XXI, comunicações e tecnologias digitais

Parte da literatura sobre imperialismo no século XXI ignora o papel das comunicações, das tecnologias digitais e das corporações digitais (também chamadas popularmente de Big Tech). Um exemplo é Foster (2015, p. 17), que reconhece como as comunicações e as tecnologias digitais aprofundaram e ampliaram a "mercantilização em todo o mundo." No entanto, isso é observado apenas de passagem, sem incorporar esses desenvolvimentos em sua análise mais ampla do imperialismo contemporâneo.

Outras abordagens reconhecem o papel da tecnologia, especialmente as tecnologias de informação e comunicação (TIC). Nas duas primeiras décadas do século XXI, vários autores começaram a discutir um "novo imperialismo". Harvey (2004) desenvolve esse conceito e

reconhece o papel das comunicações e das TIC. Ele se baseia na teoria da hegemonia de Gramsci para discutir como os poderes imperiais exercem essa forma de influência no século XXI. A hegemonia implica liderança baseada em uma forma de poder coletivo fundamentada, entre outros fatores, em novas tecnologias e redes de comunicação. Ao mesmo tempo, essa infraestrutura é central para a expansão capitalista, facilitando e acelerando a circulação de mercadorias e dinheiro, ao mesmo tempo em que expande a capacidade produtiva.

Nesse novo imperialismo, a centralização é uma característica fundamental, evidente em múltiplas indústrias, incluindo as de comunicações e de tecnologias digitais. Amin (2014) argumenta que o novo imperialismo é estruturado em torno de cinco modos distintos de concentração monopolística: 1) monopólios tecnológicos; 2) controle financeiro dos mercados mundiais; 3) acesso a recursos naturais; 4) mídia e comunicações; e 5) armas de destruição em massa. Carchedi e Roberts (2021) colocam o desenvolvimento tecnológico no centro de uma teoria do imperialismo, argumentando que a tecnologia se tornou o novo campo de batalha. Segundo os autores, a "economia do imperialismo moderno" é marcada pela contínua apropriação de plusvalência por nações imperialistas tecnologicamente avançadas de países subservientes com recursos tecnológicos mais limitados.

Outra vertente da literatura foca no papel da tecnologia e da informação na reestruturação produtiva e em como esse setor passa pelo processo de centralização típico do imperialismo, como na formação de monopólios. Discutindo o imperialismo no século XXI, Petras e Veltmeyer (2013) afirmam que a tecnologia foi um fator-chave na expansão do capitalismo e na integração das economias em um sistema mundial caracterizado por um desenvolvimento desigual e por divisões substanciais entre um pequeno grupo de países ricos, incluindo a China como potência emergente e a periferia mundial. As TIC geraram o que os autores chamam de "terceira revolução tecnológica", facilitando a expansão da produção global.

Smith (2016, p. 152) afirma que as TIC "desempenharam um papel fundamental na facilitação da integração dos mercados, da fragmentação da produção e sua transferência para vários locais ao redor do mundo", possibilitando a busca internacional por força de trabalho mais barata. Os autores argumentam que essas estão na vanguarda da terceirização e da produção internacional em sua tese da "arbitragem global do trabalho" entre diferentes territórios. Dialogando com o arcabouço teórico de Lenin, Smith observa que um aspecto fundamental do imperialismo é o poder monopolista, constituído pelo controle dos mercados, tecnologia avançada e poder estatal e militar. Na própria indústria de TIC, o controle monopolista sobre os setores tecnológicos resulta em retornos maiores para os líderes de mercado e cria barreiras substantivas à entrada, ocorrendo cada vez mais em escala internacional.

Seguindo essa linha de pensamento, Ya'u (2004) destacou como a Organização Mundial do Comércio (OMC), multinacionais e governos estabeleceram acordos econômicos (como os de telecomunicações, propriedade intelectual e outras áreas relacionadas) ampliando as brechas digitais. Supostos esforços "para reduzir as brechas digitais fazem parte de movimentos mais amplos não apenas para garantir os mercados virgens dos países em desenvolvimento, mas também para configurar o mundo de acordo com o interesse das novas potências imperiais" (Ya'u, 2004, p. 1). O "novo imperialismo" está diretamente ligado à "globalização e ao acesso desigual às TIC em um mundo que está cada vez mais mediado pelo conhecimento" (Ya'u, 2004, p. 2).

Colonialismo digital e seus limites

O crescente domínio internacional das empresas de informação, comunicação e tecnologia (corporações digitais) baseadas no Norte Global também foi teorizado durante a virada decolonial que ganhou força nas últimas décadas na pesquisa em ciências sociais e humanidades. Isso resultou no crescente debate em torno do conceito de "colonialismo digital" (Faustino e Lippold, 2023).

Ricaurte (2019, p. 351) assinala que o colonialismo digital teoriza processos de captura e processamento de dados que levam "a novas formas de colonização por meio de dados, fundamentadas em infraestruturas materiais e construções simbólicas que reforçam essas práticas". Baseando-se no pensamento decolonial (por exemplo, de Quijano, 2000), a autora afirma que o processo conhecido como big data envolve epistemologias de dados, racionalidades de dados e infraestrutura de produção de conhecimento. Esses fatores estão enraizados nas práticas de colonização, reproduzem e reconfiguram a colonialidade do poder, capturando atividades sociais e subjetividade em nível internacional.

Couldry e Mejias (2020, p. xix), em seu renomado livro sobre o tema, preferem o conceito de colonialismo de dados, definido este como "a extensão de um processo global de extração que começou sob o colonialismo e continuou através do capitalismo industrial, culminando na nova forma atual: em vez de recursos naturais e trabalho, o que agora está sendo apropriado é a vida humana por meio de sua conversão em dados". Embora a expansão seja uma característica do capitalismo desde seu início, a atual apropriação de dados vai além da exploração do trabalho para abranger múltiplas facetas da vida cotidiana e das atividades sociais. Os autores justificam o uso do colonialismo em sua "função duradoura" como "a realização de apropriação e exploração ilegítimas e como a redefinição das relações humanas para que a desapropriação resultante passe a parecer natural" (Couldry e Mejias, 2020, xviii).

A virada decolonial também atraiu críticas, especialmente de estudiosos latino-americanos. Embora esse debate sutil não possa ser examinado em detalhes aqui, é pertinente mencionar críticas alinhadas com abordagens do materialismo histórico que utilizam o arcabouço teórico do imperialismo. Essa literatura faz uma contribuição importante ao reconhecer a persistência das experiências coloniais no século XXI – como em Gaza, Guiana Francesa, Porto Rico, Curaçao e Irlanda do Norte, entre outros – bem como as fortes reverberações contemporâneas do colonialismo. Alguns autores também examinam a relação histórica entre colonialismo e imperialismo, como destacado por Amin (2023).

Esse debate é pertinente aqui porque pesquisas frequentemente relacionam colonialismo digital ao imperialismo digital, como será discutido na seção a seguir. Portanto, é útil indicar brevemente como as lacunas e limites das abordagens teóricas pós-coloniais e decoloniais podem ser abordados por meio de um quadro fundamentado no imperialismo. Esse arcabouço permite análises mais robustas das assimetrias internacionais de informação produzidas por corporações digitais transnacionais e potências imperiais.

Ribeiro (2011) afirma que o colonialismo de fato impactou a forma como as sociedades foram constituídas. No entanto, este não deve ser visto como uma força estrutural que sobrepõe diferentes formas de globalidade e a colonialidade do poder. "Uma ênfase excessiva no colonialismo e na colonialidade pode, curiosamente, gerar novamente precisamente o que precisa ser criticado e superado: uma explicação que aceita a subalternidade como destino das antigas colônias" (Ribeiro, 2011, p. 290). O autor propõe o conceito de "pós-imperialismo" para definir o imperialismo no século XXI, no qual a tecnologia desempenha um papel crescente na facilitação de formas mais flexíveis de expansão capitalista.

Ballestrin (2017) destaca como, historicamente, especialmente nos séculos XIX e XX, o colonialismo e o imperialismo foram partes integrantes da expansão capitalista. Após a longa onda de lutas de libertação no século XX, surgiram diferentes correntes pós-coloniais, que a

autora categoriza como "anticoloniais" (por exemplo, Cabral, Guevara, Fanon), "pós-estruturalistas" (por exemplo, Amin, Hall, Spivak) e "decoloniais" (por exemplo, Quijano, Mignolo, Walsh). Embora a colonização seja uma consequência duradoura do colonialismo como fenômeno histórico, a autora questiona se a erudição decolonial ignora o imperialismo. Ballestrin pondera que, como o colonialismo resulta do imperialismo, a colonialidade deve ser entendida como resultado de uma "imperialidade" nas análises contemporâneas do capitalismo global.

Le Ludec (em Brevini et al., 2020) pontua que o "extrativismo de dados" ou o "colonialismo digital" seriam mais apropriados do que o "colonialismo de dados". Marques (2026) fornece um relato crítico de Couldry e Mejias (2020), focando em três aspectos: 1) o suposto enfraquecimento do papel do trabalho humano na criação e extração de valor em favor de uma visão mais ampla da exploração da vida humana; 2) a falta de distinção entre as esferas de produção e circulação; e 3) a localização da decolonização principalmente nos domínios epistemológicos como meio de contestar e superar o colonialismo digital, que não considera a resistência por meio de lutas de poder nas esferas social, econômica e política.

Valente e Grohmann (2024) sugerem que o pensamento social latino-americano pode enriquecer uma crítica às assimetrias internacionais associadas à digitalização além do arcabouço do colonialismo de dados ou digital. Eles destacam três correntes: a interseccionalidade do feminismo negro latino-americano, a teoria da dependência e a filosofia da libertação. Eles citam o projeto de Dussel (2018) de um pluriverso transmoderno, que "representa uma estratégia para o crescimento e criatividade de uma cultura renovada, que não é apenas descolonizada, mas é além disso inteiramente nova" (Dussel, 2018, p. 59).

Literatura sobre imperialismo digital

O imperialismo digital é um arcabouço teórico e conceitual menos explorado, com uma literatura emergente. Uma vertente da literatura contribuiu para seu desenvolvimento conceitual, apresentando definições do fenômeno. Em um dos primeiros textos sobre o tema, Gajjala e Birzescu (2011) apresentaram o conceito como entrelaçamento de fatores socioeconômicos e culturais que consiste no controle de práticas sociais e culturais mediadas por tecnologias digitais, eliminando habilidades, comunidades e culturas. Os autores relacionam o imperialismo digital a práticas neocolonialistas (Spivak, 1999) que focam mais na dominação econômica do que territorial. O imperialismo digital molda como a conectividade e a participação online acontecem, reconfigurando papéis e relações subalternas por meio da suposta inclusão de grupos subalternos em uma estrutura desigual dominada por corporações transnacionais.

Os ciberespaços se tornaram os nós onde vários locais se conectam e se desconectam na produção do global. Assim, aqueles de nós que habitam redes online também estamos conectados em processos de globalização por meio da interação entre audiências globais online e produtores localizados/situados offline. Além disso, não importa onde vivamos no mundo, somos tanto públicos globais quanto produtores localizados/localizados em diferentes graus. Refletir sobre como podemos ser cúmplices e contribuir para o imperialismo digital que 'produz' o subalterno online pode ser um passo para imaginar modos alternativos de inclusão online (Gajjala e Birzescu, 2011, p. 9).

Outro exemplo dessa abordagem é Amoah (2025, p. 93), que define o imperialismo digital da seguinte forma:

aspecto crítico da instauração contemporânea do imperialismo proporcionada pela internet e pela infraestrutura de telecomunicações global mais ampla, cada vez mais incontestável, empregada por estados e corporações poderosos – por eles os terem inventado e detido os direitos intelectuais proprietários – no Norte Global e nas partes mais ricas da Ásia como núcleo instrumentos de produção, distribuição, consumo, controle, poder, hegemonia e dominação Amoah (2025, p. 93).

O autor argumenta que a literatura sobre imperialismo digital tem sido subdesenvolvida e marcada por "gestos analíticos" do fenômeno em países periféricos. Ele sinaliza uma "obscuridade" entre os conceitos de imperialismo digital (DI) e colonialismo digital (DC), com a literatura privilegiando este último. O autor argumenta que DI é um conceito mais adequado do que DC: "A adoção consciente de DI por estudiosos resolveria muita confusão conceitual e deslizamentos, como ocorre atualmente, quando as tentativas de descrever o imperialismo na era digital são tornadas equivalentes à colonização, entendida propriamente como a imposição do governo formal de um governo estrangeiro" (Amoah, 2025, p. 97).

Em um artigo amplamente citado, Kwet (2019) utiliza os arcabouços tanto do imperialismo quanto do colonialismo para discutir como os Estados Unidos utilizam seu domínio de tecnologias digitais, arquitetura e infraestruturas (incluindo software, hardware e conectividade de rede) para exercer poder sobre outros países, sua definição de "colonialismo digital". Esse fenômeno se manifesta por meio de diferentes processos. O autor chama de "controle imperial" o poder das grandes empresas de tecnologia nos domínios político, econômico e cultural decorrente de sua capacidade de atuar como guardião das interações e experiências online. Além disso, a dominação econômica ocorre por meio da extração de recursos por meio de rendas e mecanismos de vigilância. Essas estratégias de dominação dependem da coleta de grandes volumes de dados em grande quantidade, no que ele chama de "capitalismo global de vigilância". Ao disseminar os modelos digitais das empresas americanas, o país exerce uma "hegemonia tecnológica."

As grandes empresas de tecnologia e as agências de inteligência do Estado dos EUA se tornaram os "novos imperialistas". Ao mesmo tempo, o autor argumenta que "as grandes corporações de tecnologia estão colonizando a tecnologia digital". Enquanto a conquista colonial foi conduzida por meio da desapropriação de recursos e controle da infraestrutura pelas potências coloniais, o colonialismo digital implica moldar a infraestrutura no Sul Global "para suas próprias necessidades" (Kwet, 2019, p. 4). O controle sobre software, hardware e conectividade implica "dominação digital" e leva ao "controle imperial por meio do design arquitetônico". As outras duas principais correntes de controle operam por meio da propriedade intelectual e da vigilância, lideradas com o império dos EUA "no centro".

Pascual (2014) afirma que o imperialismo digital é uma nova estratégia empregada pelo capital para superar obstáculos estruturais e crises, abrindo novas fronteiras da acumulação expansionista e espalhando sua ideologia por meio de um "sublime digital". O tecnosolucionismo digital e as narrativas que tentam impulsionar as tecnologias digitais à medida que o novo modelo de progresso reforça essa "superestrutura digital".

Pal e Harris (2023) argumentam que a infraestrutura digital é um elemento crucial das "condições gerais de produção" (nos termos de Marx) e é um fator contemporâneo fundamental das "rivalidades imperiais geopolíticas". Os autores adotam o termo "imperialismo jurídico" para analisar o caso dos cabos submarinos como infraestruturas críticas para a acumulação capitalista e disputas entre potências imperiais, com as grandes corporações de tecnologia dos EUA desempenhando um papel especialmente proeminente.

Muller (2023) baseia-se nas reflexões de Rosa Luxemburgo sobre o papel das redes em sua análise do imperialismo e da acumulação de capital. No final do século XIX e início do século XX, as infraestruturas de comunicação serviram como instrumentos de expansão capitalista,

ao mesmo tempo em que constituíam um setor intensivo em investimentos. O autor sugere que a teoria do imperialismo de Luxemburgo incluía a necessidade de as potências capitalistas expandirem tecnologias avançadas (naquela época) para regiões não capitalistas e periféricas. Contra os tecnotimistas e outras versões marxistas sobre o potencial das forças produtivas, Luxemburgo destacou os limites e riscos da mudança tecnológica e são as relações sociais exploratórias de produção que as sustentam.

Em algumas outras obras, o imperialismo digital é empregado em situações específicas onde corporações e tecnologias digitais baseadas no Norte Global moldam a forma como as experiências são projetadas e reproduzidas nas regiões do Sul Global. Ogden (2021, p. 1) é um exemplo, adotando essa terminologia para descrever como, nas representações visuais criadas pelo Instagram em Cuba, "o perfil mais amplo dos criadores nesse olhar digital distorce ainda mais a assimetria da representação visual da cidade, constituindo um olhar de fora para dentro". Ofosu-Asare (2025) emprega o termo "imperialismo cognitivo" para descrever a predominância dos paradigmas, valores e perspectivas epistemológicos ocidentais na evolução da IA, perpetuando vieses e limitando a representação de minorias e epistemologias e perspectivas indígenas.

O imperialismo também tem sido usado para explicar a ascensão das plataformas digitais. Jin é o exemplo mais conhecido, com seu trabalho sobre imperialismo de plataforma. O autor (2015a) define o imperialismo de plataforma como a influência americana na produção cultural principalmente por meio de plataformas digitais. A novidade é que essas corporações econômicas podem controlar toda a "cadeia de valor da produção cultural" em larga escala, indo além da distribuição e também abrangendo a produção.

Diferentemente dos modelos anteriores, em que o conteúdo era disseminado para parceiros nacionais em diferentes países, as plataformas digitais agora podem distribuir diretamente seu próprio conteúdo e conteúdo de terceiros. Além disso, como controlam grandes quantidades de dados, usam esses dados para seus serviços e também monetizam, fortalecendo seu poder econômico. Em seu livro sobre o tema, Jin (2015b, p. 12), refina a definição: "a ideia de imperialismo de plataforma... refere-se a uma relação assimétrica de interdependência nas tecnologias de plataforma e na cultura política entre o Ocidente, principalmente os EUA, e muitos países em desenvolvimento, incluindo duas grandes potências – tanto Estados-nação quanto corporações transnacionais – como Lenin analisou."

Park et al. (2023) analisam como o imperialismo de plataforma se manifesta nas operações da Netflix na Coreia. Steinberg (2016) chama atenção para como o imperialismo de plataforma também molda o campo dos "estudos de plataforma", que se desenvolveu em grande parte por meio do trabalho e das perspectivas de estudiosos do Norte Global e tem focado nas plataformas do Norte Global, deixando de lado estudos de caso do Sul Global.

Outros autores focam em tecnologias e serviços digitais específicos para desenvolver estruturas teóricas fundamentadas no imperialismo. Jutel (2021, p. 2) fala sobre um "imperialismo blockchain" como uma forma de imperialismo de plataforma "que estende tanto o poder cultural quanto econômico do Vale do Silício e os interesses geopolíticos americanos". O blockchain coloca em risco a capacidade dos Estados de exercer autoridade sobre seus recursos e territórios e possibilita novas formas de incorporar atividades em redes proprietárias. Em vez de coerção imperial, o capitalismo blockchain é operado por meio de agências internacionais, governos e plataformas frequentemente hegemonizadas por empresas transnacionais americanas. Jutel (2021, p. 3) argumenta que o blockchain "complementa e estende práticas tecnocoloniais de moldar a vida social para a extração de dados".

Outros estudiosos desenvolvem abordagens relacionadas, mas adotam conceitos distintos. Mannion (2020) cunha o termo "imperialismo de dados", mas foca na influência do marco regulatório e das obrigações europeias de proteção de dados sobre os países africanos,

distanciando a abordagem de um arcabouço teórico fundamentado no imperialismo. Mann e Daly (2019, p. 381) preferem o termo "imperialismo informacional" como ligado ao colonialismo digital: "avanços tecnológicos catalisaram o colonialismo digital, pelo qual informações – e, no caso do presente artigo, vigilância altamente classificada – podem ser disseminadas para e de destinos remotos como meio de perpetuar práticas coloniais tradicionais por meio de tecnologias modernas". Esses autores também empregam o termo "colonialismo de dados", usando a definição de Thatcher et al. (2016): "a mercantilização de dados e seu acúmulo por desapropriação". No entanto, eles não definem nem desenvolvem o conceito de "imperialismo informacional".

Essas múltiplas perspectivas teorizam um processo contínuo evidente tanto na disseminação das tecnologias digitais quanto na integração dos serviços entre a economia e a sociedade. As taxas globais de uso de tecnologias digitais chegaram a 97,5% para dispositivos móveis, 73,2% para uso da Internet e 68,7% para redes sociais em 2026 (We are Social, 2026). No entanto, a conectividade permanece desigual; a penetração é de 95,1% na Europa Ocidental, comparada a apenas 42,9% na África Ocidental e a 64,3% no Sul da Ásia (We are Social, 2026).

Considerando o papel da infraestrutura, um indicador relevante é o investimento em telecomunicações. Em 2023, o investimento global per capita foi de US\$ 51, com uma diferença notável entre países ricos e pobres. O mesmo indicador foi de US\$ 185 para países de alta renda e de US\$ 5 para países de baixa renda (UIT, 2025). Dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2021) mostram assimetrias no uso de múltiplos serviços digitais entre países e regiões, de acordo com indicadores econômicos e territoriais, como pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4: Atividades na Internet realizadas por indivíduos, por nível de desenvolvimento e região
(Valores expressos em porcentagem, %)

Atividade na Internet	Economias Desenvolvidas	Economias de Transição	Economias em Desenvolvimento - África	Economias em Desenvolvimento - Ásia	Economias em Desenvolvimento - ALC
Bancos online	62,3	14,9	9,8	34,8	11,6
Envio ou recebimento de e-mails	84,9	44,8	46,6	59,7	52,4
Realização de chamadas (telefonia pela Internet/Voice over Internet Protocol, utilizando Skype, iTalk etc.)	56,9	71	47,6	63,2	73,4
Leitura ou download de jornais ou revistas on-line e livros eletrônicos	76,4	41,5	38,6	46	30,3
Obter informações sobre bens ou serviços	83,9	50,9	30,6	68	51,8
Obter informações de organizações governamentais gerais	55,1	11,1	17,6	20,9	23,2
Interação com organizações governamentais gerais	54,5	5,7	12,1	25,6	10,7
Compra ou encomenda de bens ou serviços	53,9	18,2	14,6	29,1	13,1

Atividade na Internet	Economias Desenvolvidas	Economias de Transição	Economias em Desenvolvimento - África	Economias em Desenvolvimento - Ásia	Economias em Desenvolvimento – ALC
Buscar informações de saúde (sobre lesões, doenças, nutrição etc.)	62,4	37,5	24,3	47,1	41,1
Agendar uma consulta com um profissional de saúde por meio de um site	16,4	3,9	4	7,6	3,1
Participar de redes sociais	70,4	70,7	86,3	87,2	79
Acessar ou postar opiniões em sites de bate-papo, blogs, grupos de notícias ou discussões online	13,9	11,6	45,1	26,5	26
Vender bens ou serviços	16,8	7	3,5	6,4	9,3
Utilizar serviços relacionados a viagens ou acomodações relacionadas a viagens	55	5,7	7,5	25,2	28,4
Fazer um curso formal online	8,1	4,5	17,5	15,9	28,5
Consultar wikis, enciclopédias online ou outros sites para fins de aprendizado formal	23,8	14,6	17,2	13,2	31,4
Ouvir rádio web	61,2	17	13,3	20,9	11,2
Assistir televisão online	41,1	8,8	30,2	33,1	18,1
Transmitir ou baixar imagens, filmes, vídeos ou músicas, jogar ou baixar jogos	57,4	52,9	64,2	66,4	50,8
Download de softwares ou aplicativos	19	5,5	62,8	41	20,7
Procurar um emprego ou enviando/enviando uma candidatura	17,4	9,8	14,3	19,9	16,6
Participação em redes profissionais	21	3,6	5,9	6,4	0,7
Upload de conteúdo criado por você mesmo/usuário em um site para ser compartilhado	38,8	33,4	12,7	21,3	35,6
Participar de consultas online ou votar para definir questões cívicas ou políticas	9,8	3,5	5,5	8,1	N/A
Usar espaço de armazenamento na Internet para salvar documentos, fotos, músicas, vídeos ou outros arquivos	38,7	15	17,5	20,8	21,7

Atividade na Internet	Economias Desenvolvidas	Economias de Transição	Economias em Desenvolvimento - África	Economias em Desenvolvimento - Ásia	Economias em Desenvolvimento - ALC
Usar de softwares rodados pela Internet para editar documentos de texto, planilhas ou apresentações	28	4,3	6,1	11,7	4,8

Fonte: Nações Unidas (2021, p. 14).

A concentração oligopolística nas potências imperiais é outro indicador altamente relevante do imperialismo digital. Dados sobre mercados internacionais confirmam o poder das corporações digitais sediadas nos EUA em múltiplos mercados e na centralização dos mercados globais (em alguns casos, em uma estrutura oligopolística). Notavelmente, as empresas estadunidenses não dominam apenas o segmento de corporações digitais; a dominação dos EUA está aumentando ao longo do tempo, conforme mostrado na Tabela 5.

Tabela 5: Top 100 empresas digitais (US\$ trilhões).

Ano	Valor conjunto	Américas	Ásia-Pacífico	Europa	África
2025	22,7	86	11	2	1
2020	10,8	68 (64% em 2017)	27 (31% em 2017)	3	2

Fonte: Projeto do MIT sobre Economia Digital, Índices das 100 Maiores Empresas do Mundo 2020 e 2025.

Também é importante notar que as 10 maiores empresas digitais tinham 80% de participação em 2025. Há apenas duas empresas chinesas entre as 10 maiores listas, que, de resto, é dominada pelos EUA (8 empresas). Para detalhes, veja a Tabela 6 abaixo. Embora duas empresas chinesas estejam listadas entre as 10 maiores (posicionadas em 7º e 10º lugar), seu valor combinado é menor que o da Meta, que está em 6º lugar.

Tabela 6: Top 10 empresas digitais do mundo (US\$ trilhões).

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Empresa	Apple	Nvidia	Microsoft	Alphabet (Google)	Amazon	Meta	Tencent	Netflix	Salesforce	ByteDance
Valor	3,7	3,2	3,1	2,3	2,3	1,4	0,49	0,38	0,32 bi	0,3 bi
Origem	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	China	EUA	EUA	China

Fonte: Iniciativa MIT sobre Economia Digital, Índice das 100 Maiores Empresas do Mundo 2025.

As maiores empresas por capitalização de mercado estão baseadas nos Estados Unidos: Nvidia (US\$ 4,8 trilhões), Alphabet (US\$ 4,3 trilhões), Apple (US\$ 4,24 trilhões), Microsoft (US\$ 2,7 trilhões) e Amazon (US\$ 2,5 trilhões) (Statista, 2026a). Outra lista das maiores "empresas digitais" é liderada por Apple (Estados Unidos), Microsoft (Estados Unidos), Samsung (Coreia do Sul), Alphabet (Estados Unidos), AT&T (Estados Unidos), Amazon (Estados Unidos), Verizon (Estados Unidos), China Mobile (Hong Kong), Disney (Estados Unidos) e Meta (Estados Unidos)

(Forbes, s.d.).

Um mercado-chave são as redes sociais, que também dominam empresas sediadas nos EUA. As plataformas com mais usuários registrados em 2025 foram Facebook (Estados Unidos) (3,070 bilhões), WhatsApp (Estados Unidos) (3 bilhões), Instagram (Estados Unidos) (3 bilhões), YouTube (Estados Unidos) (2,580 bilhões), TikTok (China) (1,999 bilhão), WeChat (China) (1,410 bilhão), Messenger (942 milhões), Snapchat (932 milhões) e Reddit (765 milhões) (Statista, 2026b). Esses números também ilustram uma característica crucial do imperialismo: a centralização internacional, como evidenciado no domínio da Meta nas três primeiras plataformas do ranking.

Outro mercado altamente relevante é a computação em nuvem, a infraestrutura fundamental sobre a qual a economia digital funciona. Esse setor também é dominado pelas grandes empresas de tecnologia dos EUA, lideradas pela AWS (Amazon) (28%), Azure (Microsoft) (21%), Google Cloud (Google) (14%) e Oracle (4%) (Statista, 2026c). Embora a Oracle pareça ter apenas 4% de participação, seus proprietários, a família Ellison avançou agressivamente para os mercados de mídia e redes sociais por meio da aquisição da Paramount, Warner Bros. e TikTok. Essa última aquisição é um claro exemplo da ação conjunta entre corporações digitais e estados imperialistas. O governo dos EUA obrigou a ByteDance, empresa chinesa proprietária da plataforma, a vender suas operações nos EUA para um comprador baseado no país com base em supostos motivos de "segurança nacional". Na prática, essa medida funcionou como um esforço para controlar um concorrente estrangeiro em um mercado-chave.

Nos últimos anos, a inteligência artificial (IA) tornou-se um tema central na academia, na mídia e no debate público. Embora a recente ascensão da IA no contexto do imperialismo midiático ainda seja pouco explorada, os Estados Unidos atualmente ocupam uma posição dominante no setor. De acordo com o Índice Stanford, o investimento mundial total em IA atingiu US\$ 581 bilhões em 2025, enquanto o investimento do setor privado dos EUA foi de US\$ 285 bilhões. Na China, por outro lado, o investimento do setor privado foi de 12 bilhões de dólares (Sajadieh et al., 2026, p. 178). De forma semelhante, os Estados Unidos, com 5.427 data centers, lideram com ampla vantagem sobre Alemanha (529), Reino Unido (523) e China (499) (Sajadieh, 2026, p. 32).

A relevância da abordagem do imperialismo digital

Comunicação, informação e imperialismo estão interligados: comunicação e tecnologias da informação facilitam o imperialismo, enquanto o próprio imperialismo assume formas específicas dentro da indústria da mídia. Essa relação fomentou um corpo crescente de pesquisas que constitui um campo de estudo com múltiplos focos, como dominação, conteúdo, hegemonia cultural, digitalidade e economia política. O setor de mídia tradicional continua dominado por um oligopólio imperial, com uma recente onda de centralização abrangendo empresas de tecnologia (como exemplificado pelo emergente conglomerado Oracle-TikTok-Paramount-Warner liderado pela família Ellison, ou pelas aquisições de Jeff Bezos da Amazon no setor de mídia).

O capitalismo contemporâneo não é mais a era das agências de notícias, da imprensa, da televisão e do cinema. As redes sociais agora parecem dominar o cenário de comunicação. Isso significa que as novas tecnologias de comunicação invalidaram a tese do imperialismo midiático? Pelo contrário, como Jin argumenta, "Em um período em que um punhado de países ocidentais é o principal proprietário e operador de plataformas digitais do mundo e um grande número de países não ocidentais são usuários de plataformas digitais, é importante examinar como as plataformas digitais se entrelaçam com o imperialismo" (2020, p. 190).

A necessidade de analisar essa nova realidade catalisou o surgimento de novos conceitos,

como os de imperialismo digital e de dados, ao lado do colonialismo digital e de dados. O imperialismo digital tem sido empregado em um corpo literário ainda pouco expressivo, enquanto o colonialismo digital e de dados têm sido amplamente usados em estudos críticos de dados e de Internet na última década. Os artigos deste dossiê indicam como esses dois conceitos às vezes são usados de forma intercambiável ou entrelaçada, frequentemente ligados e sem diferenciação clara (como em Kwet, 2019).

Como apontado acima, o colonialismo estava diretamente ligado ao imperialismo por meio de processos de dominação territorial e política agressiva e violenta. A colonização não foi erradicada, e ainda é relevante destacar essa questão preocupante. Esse tema se torna cada vez mais importante, especialmente considerando o surgimento das guerras e a dominação direta de nações e territórios (como no caso de Israel contra Gaza e Líbano ou dos EUA contra o Irã).

Perspectivas pós-coloniais são frutíferas na medida em que enfatizam os efeitos do colonialismo em grandes partes do globo em fases pós-coloniais. Os processos de libertação, no entanto, variaram entre regiões, ocorrendo na América Latina no início do século XIX e na Ásia e África principalmente em meados do século XX. No entanto, a literatura revisada acima identifica lacunas, questões e limitações importantes nessas abordagens. A pesquisa decolonial frequentemente ignora ou incorpora apenas fracamente as contribuições teóricas do imperialismo, embora haja exceções, como em Arturo Escobar.

A breve revisão dos estudos que teorizam, definem e empregam o conceito de "imperialismo digital" aponta para uma variedade de abordagens. Na literatura recente, o imperialismo digital pode se referir geralmente a três dimensões: 1) o papel das tecnologias digitais no imperialismo atual; 2) como corporações digitais transnacionais (também conhecidas como Big Tech) e seus estados dominam os mercados internacionais de TIC e digitais, constituindo monopólios e oligopólios em múltiplas áreas; 3) como essas empresas e seus respectivos estados exercem hegemonia econômica, tecnológica e política sobre os estados, setores de informação e comunicação, e outras atividades sociais, moldando experiências mediadas digitalmente.

Dos arcabouços conceituais apresentados aqui, nenhum abrange todas essas dimensões. Além disso, não conseguimos encontrar estudos com uma estrutura teórica desenvolvida nem com uma ligação clara e estruturada entre teoria e análise empírica. Uma exceção é o trabalho de Jin (2015). No entanto, a proposição conceitual do autor foca no imperialismo de plataforma, não no imperialismo digital. Imperialismo digital deveria se referir à relação dialética entre a prestação de serviços digitais – especialmente por corporações transnacionais e órgãos públicos – e a expansão capitalista em suas múltiplas esferas (incluindo economia, política e cultura), incorporando as três dimensões listadas acima.

Outra limitação destacada neste artigo é o exame limitado das sobreposições conceituais e distinções entre imperialismo digital e colonialismo digital. Transpor o vocabulário do colonialismo para as ações de corporações digitais transnacionais (por exemplo, comparando a dominação física dos territórios com a extração de dados) corre o risco de esticar o conceito de colonialismo além de sua utilidade analítica. Por outro lado, reconhecer os legados e impactos do colonialismo é crucial para essa discussão. No entanto, aplicar o arcabouço da colonialidade de forma acrítica apresenta desafios conceituais, como mencionado acima.

Baseando-se nessas reflexões, o arcabouço teórico e conceitual do imperialismo digital oferece um meio promissor de examinar a interação entre comunicações digitais, tecnologias digitais e capitalismo no século XXI. Embora autores (como Jin e Amoah) contribuam para discussões enriquecedoras sobre corporações digitais, capitalismo contemporâneo e assimetrias internacionais, mais trabalho é necessário para aprofundar esse debate teórico e analisar as manifestações concretas do imperialismo digital em territórios, campos de comunicação e informação, e práticas sociais mais amplas.

Visão geral do dossiê temático

O dossiê temático "Imperialismo, Informação, Comunicação e Cultura na Era da Digitalização" apresenta um interessante conjunto de pesquisas que discutem diferentes aspectos de como corporações digitais transnacionais e potências imperiais moldam os setores culturais, de comunicações, da informação e de tecnologia atuais, aprofundando as assimetrias internacionais e reconfigurando estratégias imperialistas no século XXI.

Bragança et al. propõem o conceito de espelhamento imperialista para discutir como grupos anti vacinas aproveitam as plataformas digitais para questionar a autoridade científica e disseminar desinformação. Lino Netto et al. ligam o imperialismo ao colonialismo digital para analisar criticamente como as grandes tecnológicas criam "zonas de sacrifício" no Sul Global, especialmente em Abya Yala (um termo indígena para indicar o que é conhecido como América Latina). Seto propõe uma genealogia militar da plataformização, examinando a guerra como um laboratório para o mundo do trabalho. Da cibernética de Wiener às redes da DARPA, mostra como as relações sociotécnicas de comando, controle e automação migram do campo de batalha para a gestão algorítmica dos trabalhadores.

Gabry investiga como o uso de tecnologias e parâmetros de Otimização para Mecanismos de Busca (SEO, na sigla em inglês) reproduz lógicas imperialistas que moldam as experiências dos editores em plataformas digitais e na Internet. Mazur et al. mostram como o imperialismo digital em outra indústria: o streaming. Os autores investigam como a Netflix apropria-se da originalidade de séries e filmes culturais coreanos. Sulheria destaca como o debate sobre o imperialismo midiático vem passando por um renascimento. O autor analisa criticamente a teoria do público como um contraponto chave à tese do imperialismo midiático.

Referências

AGENCY MANIA SOLUTIONS. **2025 top 15 agencies in the world by 2024 revenue**. [S. l.]: Agency Mania Solutions, 2025.

AMIN, Samir. **The law of worldwide value**. New York: New York University Press, 2010.

AMOA, Lloyd G. Adu. Global digital political economy and its concerns: is digital imperialism the elephant in the room? **Global Political Economy**, v. 4, n. 1, p. 89–101, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1332/26352257Y2024D000000028>.

ARRIZABALO MONTORO, Xabier. **Capitalismo e economia mundial: bases teóricas e análise empírica para a compreensão dos problemas econômicos do século XXI**. São Paulo: Hucitec: Nova Palavra, 2023.

ARTZ, Lee; KAMALIPOUR, Yahya R. (ed.). **The globalization of corporate media hegemony**. Albany: State University of New York Press, 2003.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O elo perdido do giro decolonial. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 505–540, 2017.

BOLAÑO, César. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: a re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 11, p. 53–78, 2002.

BOLAÑO, César; ZANGHELINI, Fabrício. Data economy: a discussion on value, fictitious valorisation, and national sovereignty. **Big Data & Society**, London, v. 12, n. 4, p. 1–12, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/20539517251396101>.

BOYD-BARRETT, Oliver. Media imperialism: towards an international framework for the analysis of media systems. In: GUREVITCH, Michael; CURRAN, James; WOOLLACOTT, Janet (ed.). **Mass communication and society**. London: Edward Arnold, 1977. p. 116–135.

- BOYD-BARRETT, Oliver. **Media imperialism**. London: Sage, 2015.
- BOYD-BARRETT, Oliver; MIRRLEES, Tanner (ed.). **Media imperialism: continuity and change**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2020.
- BREVINI, Benedetta; FUBARA-MANUEL, Irene; LE LUDEC, Clément; JENSEN, Jakob Linnaa; JIMENEZ, Andrea; BATES, Jo. Critiques of data colonialism. In: JARKE, Juliane; BATES, Jo (ed.). **Dialogues in data power: shifting response-abilities in a datafied world**. Bristol: Bristol University Press, 2024. p. 120–137. DOI: <https://doi.org/10.2307/jj.15617032.11>.
- CARVALHAES, Ana Cristina; FUENTES, Federico. Ecology, Trump's new colonialism and a non-dogmatic theory of imperialism: an interview with Ana Cristina Carvalhaes. **Links**, 5 jul. 2026. Disponível em: <https://links.org.au/ecology-trumps-new-colonialism-and-non-dogmatic-theory-imperialism-interview-ana-cristina>. Acesso em: 28 jul. 2026.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2019.
- FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- FORBES. **Top 100 digital companies**. 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/top-digital-companies/list/#tab:rank>. Acesso em: 28 jul. 2026.
- FOSTER, John Bellamy. The new imperialism of globalized monopoly-finance capital: an introduction. **Monthly Review**, v. 67, n. 3, p. 1–22, 2015. DOI: https://doi.org/10.14452/MR-067-03-2015-07_1.
- FURNO, Juliane. **Imperialismo: uma introdução econômica**. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2026.
- GAJJALA, Radhika; BIRZESCU, Anca. Digital imperialism through online social/financial networks. **Economic and Political Weekly**, v. 46, n. 13, p. 95–102, 2011.
- GLOVER, Emily. Most popular streaming service statistics: biggest streaming services by market share. **Forbes Home**, 19 jan. 2026. Disponível em: <https://www.forbes.com/home-improvement/internet/streaming-stats/>. Acesso em: 28 jul. 2026.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HILFERDING, Rudolf. **El capital financiero**. Madrid: Editorial Tecnos, 1973.
- HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. **Tempo Social**, v. 13, n. 2, p. 1–20, 2001.
- IFPI. **Global Music Report 2026: State of the Industry**. [S. l.]: International Federation of the Phonographic Industry, 2026.
- INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **The impact of digital transformation on the economy: econometric modelling**. Geneva: ITU, 2025. Disponível em: https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/pref/D-PREF-ECON.MOD-2025-PDF-E.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.
- JIN, Dal Yong. The construction of platform imperialism in the globalization era. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 11, n. 1, p. 145–172, 2013. DOI: <https://doi.org/10.31269/triplec.v11i1.458>.
- JIN, Dal Yong. **Digital platforms, imperialism and political culture**. New York: Routledge, 2015.
- JIN, Dal Yong. Facebook's platform imperialism: the economics and geopolitics of social media. In: BOYD-BARRETT, Oliver; MIRRLEES, Tanner (ed.). **Media imperialism: continuity and change**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2020. p. 187–198.
- JIN, Dal Yong. Global political economy, platforms, and media industries. In: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. New York: Oxford University Press, 2024. p. 1–20. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.1530>.
- JUTEL, Olivier. Blockchain imperialism in the Pacific. **Big Data & Society**, v. 8, n. 1, p. 1–14, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/2053951720985249>.

LAUER, Klaus; MUENSTER, Cian. Bertelsmann merges firms behind Kylie Minogue, Miles Davis to create world's No. 4 music group. **Reuters**, 28 abr. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/legal/transactional/bertelsmann-merges-firms-behind-kylie-minogue-miles-davis-create-worlds-no4-2026-04-28/>. Acesso em: 28 jul. 2026.

LEITE, Leonardo; CARCANHOLO, Marcelo. Mercado mundial, imperialismo e dependência: o papel central da grande indústria. **Reoriente**, v. 1, n. 2, p. 63–88, 2021.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.

MANN, Monique; DALY, Angela. (Big) data and the North-in-South: Australia's informational imperialism and digital colonialism. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 379–395, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1527476418806091>.

MANNION, Cara. Data imperialism: the GDPR's disastrous impact on Africa's e-commerce markets. **Vanderbilt Journal of Transnational Law**, v. 53, n. 2, p. 685–711, 2020.

MARX, Karl. **Capítulo VI (inédito): manuscritos de 1863–1867, O capital, Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2022.

MATTELART, Armand. **Multinational corporations and the control of culture: the ideological apparatuses of imperialism**. Brighton: Harvester Press, 1979.

MAXWELL, Richard; MILLER, Toby. **Greening the media**. New York: Oxford University Press, 2012.

MILLER, Toby. Possible missions? Desirable outcomes? **Filmnews**, v. 19, n. 2, p. 2, 1989.

MILLER, Toby. Mission impossible and the new international division of labour. **Metro**, n. 82, p. 21–28, 1990.

MIRRLEES, Tanner. **Global entertainment media: between cultural imperialism and cultural globalization**. New York: Routledge, 2013.

MIRRLEES, Tanner. Not (yet) the “Chinese century”: the endurance of the US empire and its cultural industries. In: BOYD-BARRETT, Oliver; MIRRLEES, Tanner (ed.). **Media imperialism: continuity and change**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2020. p. 305–320.

MOTION PICTURE ASSOCIATION. 2021 **THEME report**. [S. l.]: MPA, 2022.

MOTION PICTURE ASSOCIATION. **The American motion picture and television industry: creating jobs, trading around the world**. [S. l.]: MPA, 2023.

MURPHY, Andrea; HYATT, John (ed.). Forbes 2026 Global 2000 list: the world's largest companies ranked. **Forbes**, 24 jun. 2026. Disponível em: <https://www.forbes.com/lists/global2000/>. Acesso em: 28 jul. 2026.

NOTHIAS, Toussaint. An intellectual history of digital colonialism. **Journal of Communication**, v. 75, n. 5, p. 385–397, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1093/joc/jqaf003>.

OGDEN, Rebecca. Instagram photography of Havana: nostalgia, digital imperialism and the tourist gaze. **Bulletin of Hispanic Studies**, v. 98, n. 1, p. 87–108, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3828/bhs.2021.6>.

PAL, Maïa; HARRIS, Neal. Capital is dead. Long live capital! A political Marxist analysis of digital capitalism and infrastructure. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 22, n. 1, p. 232–247, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31269/triplec.v22i1.1431>.

PARK, Ji Hoon; KIM, Kristin April; LEE, Yongsuk. Netflix and platform imperialism: how Netflix alters the ecology of the Korean TV drama industry. **International Journal of Communication**, v. 17, p. 72–91, 2023.

PASCUAL, Alberto González. Imperialismo digital: la fantasía política de nuestro tiempo. **Claves de Razón Práctica**, n. 236, p. 86–97, 2014.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Imperialism and capitalism in the twenty-first century: a system in crisis**. Abingdon: Routledge, 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Why (post)colonialism and (de)coloniality are not enough: a post-imperialist

perspective. **Postcolonial Studies**, v. 14, n. 3, p. 285–297, 2011.

RICAUARTE, Paola. Data epistemologies, the coloniality of power, and resistance. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 350–365, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1527476419831640>.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo: letteratura e consenso nel progetto coloniale dell'Occidente**. Milano: Feltrinelli, 2023.

SAJADIEH, Sha et al. **The AI Index 2026 Annual Report**. Stanford, CA: AI Index Steering Committee, Institute for Human-Centered AI, Stanford University, 2026.

SCHILLER, Herbert I. **Mass communications and American empire**. New York: A. M. Kelley, 1969.

SHINE, Ian. UNESCO wants to develop an 'internet of trust': here are its guidelines. **World Economic Forum**, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2023/11/social-media-governance-guidelines-digital-unesco/>. Acesso em: 28 jul. 2026.

SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016.

SPARKS, Colin. China: an emerging cultural imperialist. In: BOYD-BARRETT, Oliver; MIRRLEES, Tanner (ed.). **Media imperialism: continuity and change**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2020. p. 275–290.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanishing present**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

STATISTA. **Most popular streaming services worldwide as of January 2024, by number of monthly visits**. [S. l.]: Statista, 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1461063/svod-video-platforms-traffic-global/>. Acesso em: 28 jul. 2026.

STATISTA. **Empresas de tecnologia líderes mundiais em 1º de julho de 2026, por capitalização de mercado**. Statista, 2 jul. 2026a. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1350976/leading-tech-companies-worldwide-by-market-cap/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

STATISTA. **As redes sociais mais populares do mundo em outubro de 2025, por número de usuários ativos mensais**. Statista, 11 mar. 2026b. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>. Acesso em: 20 jul. 2026.

STATISTA. **As três grandes detêm liderança dominante na aceleração do mercado de nuvem**. Statista, 5 maio 2026c. Disponível em: <https://www.statista.com/chart/18819/worldwide-market-share-of-leading-cloud-infrastructure-service-providers/>. Acesso em: 10 jul. 2026.

STEINBERG, Marc. A genesis of the platform concept: i-mode and platform theory in Japan. **Asiascape: Digital Asia**, v. 4, n. 3, p. 184–208, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1163/22142312-12340077>.

SULEHRIA, Farooq. **Media imperialism in India and Pakistan**. New York: Routledge, 2018.

TUNSTALL, Jeremy. **The media are American: Anglo-American media in the world**. New York: Columbia University Press, 1977.

UNCTAD. **Digital Economy Report 2021: cross-border data flows and development: for whom the data flow**. Geneva: United Nations, 2021.

UNCTAD. **Creative Economy Outlook 2024**. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2024.

VALENTE, Jonas C. L.; GROHMANN, Rafael. Critical data studies with Latin America: theorizing beyond data colonialism. **Big Data & Society**, v. 11, n. 1, p. 1–13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/20539517241227875>.

WE ARE SOCIAL; MELTWATER. **Digital 2026: Global Overview Report**. 15 out. 2025. Disponível

em: <https://wearesocial.com/uk/blog/2025/10/digital-2026-global-overview-report/>. Acesso em: 10 jul. 2026.

YA'U, Yunusa Zakari. The new imperialism & Africa in the global electronic village. **Review of African Political Economy**, v. 31, n. 99, p. 11–29, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/0305624042000258397>.

ZANGHELINI, Fabrício; BOLAÑO, César. The subsumption of labor in the specific case of digital platforms like Uber. **Science & Society**, v. 90, n. 2, p. 185–204, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1177/00368237251383453>.